

# **CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.**

Relatório e Contas  
31 de dezembro de 2016

**CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.**

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • APARTADO 8032 • 4109-601 PORTO • TEL. 220 003 400 • FAX 220 003 419 • e-mail:centrar@rar.pt • <http://centrar.rar.pt>

SEDE SOCIAL: RUA DO PASSEIO ALEGRE, 624 4169-002 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 250 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 11 300 • N.I.P.C. 505 807 912

## **ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>5</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>11</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>33</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>36</b>

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016

Senhores Acionistas

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho de Administração da Centrar, S.A. apresentar o seu Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2016.

1 – ATIVIDADE

Em 2016, o volume de negócios atingiu os 2,16 milhões de euros correspondendo a um decréscimo de 0,9% face ao ano anterior. A COLEP consolidou a posição de maior cliente ultrapassando novamente os 600 mil euros de faturação (28% do total).

Os custos operacionais de 1,93 milhões de euros ficaram 1,3% abaixo do registado no ano anterior e 3,7% abaixo do previsto.

Os resultados operacionais foram os mais elevados até ao momento (234 mil euros).

Ao nível da melhoria contínua, foram diversas as melhorias nos processos BPO, quer através de novas versões de ferramentas já existentes (tratamento das faturas de fornecedores), quer através da implementação de novas ferramentas que permitiram automatizar e melhor controlar a execução dos processos (gestão de *confirmings*, reconciliações bancárias, requisições de pagamentos, notas de despesas, entre outras). Quase todas as iniciativas tiveram como pressuposto o desenvolvimento da ferramenta CPM (*Centrar Process Management*). Para além da maior eficiência nos processos, foi dada especial atenção ao envolvimento dos utilizadores finais, que de forma indireta beneficiaram também com as melhorias implementadas.

Na área de Sistemas de Informação, foi desenhado um modelo de negócio alternativo, bem recebido pelo Acionista e pelos clientes a quem já foi apresentado. A análise das soluções operacionais que sustentam o novo modelo de negócio, nomeadamente o *outsourcing* das infraestruturas centrais, foi também bem-sucedida.

2 – PERSPETIVAS FUTURAS

A incorporação de novos serviços será o principal foco da atividade em 2017.

Com o trabalho que tem sido desenvolvido no mercado internacional, nomeadamente na Alemanha, Inglaterra e México, entendemos que é possível no curto prazo efetuar a migração de serviços de novas localizações (Polónia e Brasil).

O projeto iniciado em 2016 e que tem como objetivo a definição de um novo modelo de serviços para as áreas BPO e SI, representa uma oportunidade de melhor indexar os serviços prestados às reais necessidades de cada cliente, bem como aproximar a oferta às que atualmente existem no mercado.

3 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em 158.637 euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando cumprimento ao disposto no número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, refere-se que a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., detém 100% do capital social da empresa.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Finalmente, o Conselho de Administração vem registar o seu apreço e agradecimento, pelo empenho e dedicação de todos os colaboradores, assim como a todas as entidades que, de alguma forma, lhe dispensaram colaboração e apoio.

Porto, 31 de janeiro de 2017

O Conselho de Administração

Vitor Manuel Pinho Moreira Alves

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas	2016	2015
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativo fixo tangível	5	163.689	92.700
Ativo intangível	6	5.032	8.475
Outros ativos não correntes	7	1.025	408
Total de ativos não correntes		169.746	101.583
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	9	179.601	151.645
Outras dívidas de terceiros	10	431.056	431.356
Outros ativos correntes	11	60.843	97.579
Caixa e equivalentes de caixa	12	17.118	6.284
Total de ativos correntes		688.618	686.864
Total do ativo		858.364	788.447
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	13	50.000	50.000
Prestações suplementares		250.000	400.000
Resultados transitados		(259.583)	(342.854)
Resultado líquido do exercício		158.637	83.271
Total do capital próprio		199.054	190.417
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Credores por locações financeiras	14	95.266	13.852
Passivos por impostos diferidos	8	241	366
Provisões	15	30.581	30.581
Total de passivos não correntes		126.088	44.799
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Credores por locações financeiras	14	31.766	12.766
Fornecedores	16	34.260	16.775
Estado e outros entes públicos	17	156.102	151.959
Outros credores correntes	18	77.789	52.450
Outros passivos correntes	19	233.305	319.281
Total de passivos correntes		533.222	553.231
Total do capital próprio e passivo		858.364	788.447

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2016	2015
Rendimentos operacionais:			
Vendas		1.245	-
Prestações de serviços	22	2.159.710	2.180.160
Outros rendimentos operacionais	23	45.413	62.062
Total de rendimentos operacionais		<u>2.206.368</u>	<u>2.242.222</u>
Gastos operacionais:			
Gastos em vendas		1.121	-
Fornecimentos e serviços externos	24	381.338	342.556
Gastos com o pessoal	25	1.523.551	1.698.169
Amortizações e depreciações	5 e 6	64.540	86.044
Outros gastos operacionais	26	1.720	2.194
Total de gastos operacionais		<u>1.972.270</u>	<u>2.128.963</u>
Resultados operacionais		234.098	113.259
Rendimentos financeiros	27	9.415	12.701
Gastos e perdas financeiras	27	1.935	2.440
Resultado antes de impostos		<u>241.578</u>	<u>123.520</u>
Imposto sobre o rendimento	28	82.941	40.249
Resultado líquido do exercício		<u>158.637</u>	<u>83.271</u>
Resultados por ação:			
Incluindo operações em descontinuação			
Básico	29	0,63	0,33
Diluído	29	0,63	0,33

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos



CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do período	158.637	83.271
Itens que serão reclassificados por resultados		
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que não serão reclassificados por resultados		
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u>158.637</u>	<u>83.271</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2016	2015
<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>			
Recebimentos de clientes		2.132.999	2.205.930
Pagamentos a fornecedores		365.369	359.116
Pagamentos ao pessoal		1.521.359	1.601.205
Fluxos gerados pelas operações		246.271	245.609
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(57.475)	(162.460)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(18.003)	36.578
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>170.793</u>	<u>119.727</u>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativo fixo tangível		8.213	5.546
Juros e ganhos similares		11.165	20.554
Empréstimos concedidos	21	595.000	360.000
		<u>614.378</u>	<u>386.100</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativo fixo tangível		3.935	33.074
Ativo intangível		-	1.990
Empréstimos concedidos	21	595.000	450.000
		<u>598.935</u>	<u>485.064</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>15.443</u>	<u>(98.964)</u>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Redução de prestações suplementares		150.000	-
Amortizações de contratos de locação financeira		23.386	25.537
Juros e gastos similares		2.016	2.440
		<u>175.402</u>	<u>27.977</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(175.402)</u>	<u>(27.977)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		10.834	(7.214)
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	6.284	13.498
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>17.118</u>	<u>6.284</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	Capital social	Prestações suplementares	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	50.000	400.000	(487.375)	144.521	107.146
Aplicação do resultado líquido de 2014:					
Transferência para resultados transitados	-	-	144.521	(144.521)	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-
Restituição de prestações suplementares	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	83.271	83.271
Saldo em 31 de dezembro de 2015	50.000	400.000	(342.854)	83.271	190.417
Aplicação do resultado líquido de 2015:					
Transferência para resultados transitados	-	-	83.271	(83.271)	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-
Restituição de prestações suplementares	-	(150.000)	-	-	(150.000)
Resultado líquido do exercício de 2016	-	-	-	158.637	158.637
Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.000	250.000	(259.583)	158.637	199.054

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: Vitor Manuel Pinho Moreira Alves, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 29 de outubro de 2001 e que tem como atividade principal a prestação de serviços a empresas e outros agentes económicos, nomeadamente consultoria económica, financeira, de informação, de gestão, de investimento, de compras, de recursos humanos e de sistemas de informação, a importação, exportação, comercialização, aluguer e reparação de bens, nomeadamente equipamentos informáticos e produtos conexos com estes.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") em vigor em 1 janeiro de 2016 tal como adotados pela União Europeia.

2.2. Ativo fixo tangível

O ativo fixo tangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média (em anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	1 a 10
Equipamento de transporte	5
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos tangíveis incorridas pela Empresa são adicionadas aos respetivos ativos tangíveis, sendo o valor líquido das

componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do ativo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

### 2.3. Ativo intangível

O ativo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O ativo intangível só é reconhecido se for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa o puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o ativo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como gasto do exercício quando incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

### 2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

#### a) Instrumentos financeiros

##### i) Classificação de ativos financeiros

A Empresa classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados: geralmente enquadram-se nesta categoria apenas os derivados que não cumprem os requisitos

definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, como tal são classificados como ativos correntes.

- Empréstimos e contas a receber: trata-se de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e não negociados num mercado ativo. São classificados como ativos correntes, exceto se as suas maturidades excederem os doze meses após data da demonstração da posição financeira, situação na qual são classificados como ativos não correntes. A Empresa classifica nesta categoria as dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros (notas 9 e 10), caixa e equivalentes de caixa (nota 12) e os empréstimos concedidos a partes relacionadas incluídos na nota 21.

#### ii) Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, acrescido das despesas com aquisição, exceto se se tratarem de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, em que neste caso as despesas com aquisição são reconhecidas nos resultados.

Após o reconhecimento inicial:

- Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sendo os ganhos ou as perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidas em resultados.

- Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos ao custo amortizado utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu custo, porque se tratam de investimentos não negociados num mercado ativo e em relação aos quais o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

#### iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados quanto à sua imparidade no final de cada exercício, e apenas é registada uma perda de imparidade quando há evidência objetiva da ocorrência de um ou mais eventos passados ocorridos após a data do reconhecimento inicial que impactam diretamente o recebimento dos *cash-flows* futuros.

O montante da perda de imparidade é dado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos *cash-flows* futuros estimados, sendo que o valor do investimento e os resultados são reduzidos por esse montante.

#### b) Classificação de instrumentos de capital próprio e passivo financeiro

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

i. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios. Os empréstimos encontram-se divulgados nas notas 10 e 21.

ii. Fornecedores e outros credores

Os fornecedores (nota 16) referem-se a obrigações de pagamento resultantes da compra de bens ou serviços que são adquiridos durante o decurso normal das operações de negócio. Os outros credores referem-se aos empréstimos obtidos de partes relacionadas divulgados na nota 18. Estes passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento é devido até um ano, caso contrário são apresentados como passivos não correntes. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", na demonstração da posição financeira.

d) Compensação de ativos com passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apenas compensados quando existe um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de realizar o ativo e satisfazer o passivo numa base líquida.

## 2.5. Locações

A classificação sobre se um acordo é (ou contém) uma locação é baseada na substância e não na forma do acordo na data do início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo. O acordo é (ou contém) uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que tal não esteja explicitamente indicado no acordo.

A locação por referência à data de início do acordo é classificada como financeira ou operacional. Os contratos de locação relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital de modo a determinar uma taxa de juro constante sobre o passivo remanescente. Os custos financeiros são imputados aos gastos financeiros na demonstração de resultados.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## 2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento do ativo fixo tangível, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações do ativo fixo tangível subsidiado.

Os subsídios à exploração são registados como ganhos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

## 2.8. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros ganhos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.10. Rédito e especialização de exercícios

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e ganhos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e ganhos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os ganhos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2013 a 2016 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados anualmente e avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.12. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

#### 2.13. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como ganhos e gastos na demonstração de resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

#### 2.14. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 2.16. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respetivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

### 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

#### 3.1. Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta empréstimos concedidos de aproximadamente 395 milhares de Euros e 395 milhares de Euros, respetivamente.

Os excedentes de tesouraria que derivam da atividade, são aplicados na empresa mãe a uma taxa de juro indexada à Euribor.

##### b) Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2016. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o ganho ou gasto financeiro dos mesmos.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 viria aumentado em cerca de 1.454 Euros.

##### c) Risco de preço

O Risco de Mercado da Centrar está relacionado com a não renovação dos acordos de serviço com os principais clientes, dado que o seu peso é significativo face à dimensão da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é substituir os atuais acordos anuais por acordos plurianuais.

A 31 de dezembro de 2016, a Empresa acredita que não apresenta um risco de mercado significativo, dado que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo.

#### 3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando numa perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (nota 9). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular. A Empresa não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que os seus clientes são, maioritariamente, empresas do Grupo onde se insere.

### 3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

## 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correção de erros fundamentais.

## 5. ATIVO FIXO TANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor do ativo fixo tangível, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2016					
	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	296.743	226.230	813.193	14.091	-	1.350.257
Adições	-	128.791	3.935	-	-	132.726
Alienações	-	(134.400)	-	-	-	(134.400)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	220.621	817.128	14.091	-	1.348.583
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	296.743	193.384	756.763	10.667	-	1.257.557
Depreciações do exercício	-	35.304	25.066	727	-	61.097
Alienações	-	(133.760)	-	-	-	(133.760)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	94.928	781.829	11.394	-	1.184.894
<b>Valor líquido</b>	-	125.693	35.299	2.697	-	163.689
	2015					
	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	296.743	226.230	874.985	10.745	24.500	1.433.203
Adições	-	-	29.728	3.346	-	33.074
Reavaliações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(116.020)	-	-	(116.020)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	24.500	-	(24.500)	-
Saldo final	296.743	226.230	813.193	14.091	-	1.350.257
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	296.743	151.719	840.550	6.594	-	1.295.606
Depreciações do exercício	-	41.665	31.965	4.073	-	77.703
Perdas de imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(115.752)	-	-	(115.752)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final	296.743	193.384	756.763	10.667	-	1.257.557
<b>Valor líquido</b>	-	32.846	56.430	3.424	-	92.700

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido contábilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Equipamento de transporte	125.694	32.847
	<u>125.694</u>	<u>32.847</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens do ativo fixo tangível como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

## 6. ATIVO INTANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no ativo intangível, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	<b>2016</b>		
	<b>Despesas de desenvolvimento</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial	538.107	276.334	814.441
Adições	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>276.334</u>	<u>814.441</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>			
Saldo inicial	538.107	267.859	805.966
Amortização do exercício	-	3.443	3.443
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>271.302</u>	<u>809.409</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>5.032</u>	<u>5.032</u>
	<b>2015</b>		
	<b>Despesas de desenvolvimento</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo inicial	538.107	274.344	812.451
Adições	-	1.990	1.990
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>276.334</u>	<u>814.441</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>			
Saldo inicial	538.107	259.518	797.625
Amortização do exercício	-	8.341	8.341
Abates	-	-	-
Saldo final	<u>538.107</u>	<u>267.859</u>	<u>805.966</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>8.475</u>	<u>8.475</u>

A rubrica "Despesas de desenvolvimento" inclui, essencialmente, as despesas incorridas em exercícios anteriores com o desenvolvimento e implementação de um centro de serviços partilhados, incorporando serviços de consultoria prestados por entidades terceiras e trabalhos desenvolvidos pela própria Empresa.

## 7. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Fundo de compensação do trabalho	1.025	408
	<u>1.025</u>	<u>408</u>

## 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<b>Impostos diferidos ativos</b>		<b>Impostos diferidos passivos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Diferença na base tributável do ativo fixo tangível	-	-	(125)	(135)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(125)</u>	<u>(135)</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	<b>Impostos diferidos ativos</b>		<b>Impostos diferidos passivos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	-	-	366	501
Efeito em resultados:				
Diferença na base tributável do ativo fixo tangível	-	-	(125)	(135)
Sub-total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(125)</u>	<u>(135)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>241</u>	<u>366</u>

## 9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Clientes, conta corrente (nota 21)	179.601	151.645
	<u>179.601</u>	<u>151.645</u>



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade destes saldos tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	159.517	144.796
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	17.085	6.203
Entre 90 e 180 dias	1.620	-
Há mais de 180 dias	1.379	646
	<u>179.601</u>	<u>151.645</u>

#### 10. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Outros devedores	31.822	30.372
Empresas do Grupo (nota 20)	399.234	400.984
	<u>431.056</u>	<u>431.356</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros devedores tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	400.475	400.711
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	30.581	30.645
	<u>431.056</u>	<u>431.356</u>

#### 11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Seguros pagos antecipadamente	4.606	1.681
Rendas a liquidar	9.654	9.654
Acréscimos de proveitos - valores a faturar	34.000	53.060
Outros	12.583	33.184
	<u>60.843</u>	<u>97.579</u>

## 12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Numerário	303	303
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.815	5.981
Caixa e equivalentes de caixa	<u>17.118</u>	<u>6.284</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

## 13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 250.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 20 centavos.

## 14. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>Pagamentos mínimos da locação financeira</b>		<b>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira</b>	
	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2016	-	13.408	-	12.766
2017	33.280	8.335	31.766	8.009
2018	30.892	5.917	29.880	5.843
2019	24.999	-	24.330	-
2020	24.999		24.620	
2021	16.527		16.438	
	<u>130.697</u>	<u>27.660</u>	<u>127.034</u>	<u>26.618</u>
Juros futuros	(3.664)	(1.042)	-	-
	<u>127.033</u>	<u>26.618</u>	<u>127.034</u>	<u>26.618</u>
Componente de curto prazo			<u>31.766</u>	<u>12.766</u>
Credores por locações financeiras – líquidos da parcela de curto prazo			<u>95.266</u>	<u>13.852</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contábilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte e administrativo.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

#### 15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica respeita a um crédito que se encontra em pré-contencioso.

#### 16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Fornecedores, conta corrente	<u>34.260</u>	<u>16.775</u>
	<u>34.260</u>	<u>16.775</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade das dívidas da rubrica de fornecedores tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Até 3 meses	<u>34.260</u>	<u>15.160</u>
Entre 3 e 4 meses	-	538
Há mais de 4 meses	-	1.077
	<u>34.260</u>	<u>16.775</u>

#### 17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>65.662</u>	<u>64.974</u>
Contribuições para a segurança social	25.046	25.011
Retenções de imposto sobre o rendimento	<u>65.394</u>	<u>61.974</u>
	<u>156.102</u>	<u>151.959</u>

#### 18. OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outros credores" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Empresas do Grupo (nota 21)	<u>76.922</u>	<u>51.438</u>
Outros credores	867	1.012
	<u>77.789</u>	<u>52.450</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade das dívidas vencidas da rubrica de outros credores tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	77.789	52.450
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>77.789</u>	<u>52.450</u>

#### 19. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	164.476	165.739
Prémios ao pessoal	48.944	46.327
Outros custos a pagar	11.574	101.460
Rendimentos Diferidos:		
Outros proveitos diferidos	8.311	5.755
	<u>233.305</u>	<u>319.281</u>

#### 20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLETIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa não tinha assumido compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira.

## 21. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	209.356	199.481	-	-
Acembex España, S.L.	16.490	28.522	-	-
Colep Portugal, S.A.	464.312	497.502	-	-
Comp-RAR – Central de Compras, S.A.	19.463	19.673	124	182
Vitacress Portugal, S.A.	110.820	98.969	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	116.054	116.679
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	347.307	364.885	-	-
RAR – Cogeração, Unipessoal, Lda.	-	12.000	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	40.527	68.400	31.731	24.178
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	207.642	201.924	-	-
SIEL – SGPS, S.A.	10.704	-	-	-
Vitacress Ibéria, S.L.	1.620	414	-	-
Vitacress Limited, Ltd.	76.750	109.653	-	-
Colep Holding GmbH	6.918	4.500	-	-
Colep Regensburg GmbH	6.000	4.500	-	-
Colep Laupheim GmbH & Co.KG	46.887	33.750	-	-
Colep Zülpich GmbH	47.036	33.750	-	-
Colep Bad Schmiedeberg GmbH	35.391	26.250	-	-
	<u>1.647.223</u>	<u>1.704.173</u>	<u>147.909</u>	<u>141.039</u>

Transações	Juros debitados	
	31.12.16	31.12.15
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	8.985	12.308
	<u>8.985</u>	<u>12.308</u>

Saldos	Empréstimos concedidos	
	31.12.16	31.12.15
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	395.000	395.000
	<u>395.000</u>	<u>395.000</u>

Saldos	Outras dívidas a pagar		Outras dívidas a receber	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	-	4.234	5.984
SIEL, SGPS, S.A.	76.922	51.438	-	-
	<u>76.922</u>	<u>51.438</u>	<u>4.234</u>	<u>5.984</u>

<b>Saldos</b>	<b>Contas a receber</b>		<b>Contas a pagar</b>	
	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Colep Portugal, S.A.	10.372	18.275	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S. A.	2.020	2.074	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	50	-
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	42.898	45.905	-	230
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	4.197	7.011	178	2.385
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	31.548	21.801	21.385	-
SIEL, SGPS, S.A.	1.097	1.097	-	-
Vitacress Limited, Ltd.	-	11.221	-	-
	<u>92.132</u>	<u>107.384</u>	<u>21.613</u>	<u>2.615</u>

<b>Empréstimos concedidos:</b>	<b>Saldo 31.12.14</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.15</b>
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	395.000	595.000	(595.000)	395.000
	<u>395.000</u>	<u>595.000</u>	<u>(595.000)</u>	<u>395.000</u>

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Remuneração fixa	61.600	61.600
Remuneração variável	29.264	27.545
	<u>90.864</u>	<u>89.145</u>

## 22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2016 e 2015 foram como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Vendas:		
Mercado interno	1.245	-
Prestações de serviços:		
Mercado interno	1.879.240	1.907.440
Mercado intracomunitário	280.470	272.720
	<u>2.160.955</u>	<u>2.180.160</u>

## 23. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Estágios	18.700	35.315
Ganhos na alienação de ativo fixo tangível	7.574	5.078
Outros	19.139	21.669
	<u>45.413</u>	<u>62.062</u>

## 24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser decomposta da seguinte forma:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Rendas e alugueres	122.209	123.497
Conservação e reparação	75.944	57.099
Deslocações e estadas	22.323	22.684
Honorários	46.944	45.600
Trabalhos especializados	38.146	19.477
Eletricidade	18.011	18.902
Comunicações	14.051	13.761
Limpeza, higiene e conforto	10.855	8.821
Combustíveis	7.538	8.670
Seguros	3.888	3.772
Material de escritório	2.957	2.727
Outros	18.472	17.546
	<u>381.338</u>	<u>342.556</u>

## 25. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, a repartição dos gastos com o pessoal é a seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Remunerações órgãos sociais	90.864	89.145
Remunerações do pessoal	1.027.903	1.070.956
Encargos sobre remunerações	222.664	236.255
Encargos com saúde	50.204	49.650
Outros gastos com pessoal	131.916	252.163
	<u>1.523.551</u>	<u>1.698.169</u>

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o número médio do pessoal foi de 54 e 57, respetivamente.

## 26. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Impostos	1.496	1.213
Serviços bancários	79	136
Outros	145	845
	<u>1.720</u>	<u>2.194</u>

## 27. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	132	142
Relativos a contratos de locação financeira	1.158	1.372
	<u>1.290</u>	<u>1.514</u>
Outros gastos e perdas financeiras	645	926
	<u>1.935</u>	<u>2.440</u>
Resultados financeiros	7.480	10.261
	<u>9.415</u>	<u>12.701</u>
<b>Rendimentos:</b>		
Juros obtidos		
Relativos a depósitos bancários	430	393
Relativos a empréstimos ao Grupo (nota 21)	8.985	12.308
	<u>9.415</u>	<u>12.701</u>

## 28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Imposto corrente	83.066	40.384
Imposto diferido (nota 7)	(125)	(135)
	<u>82.941</u>	<u>40.249</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Resultado antes de impostos	241.578	123.520
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	50.731	25.939
Diferenças permanentes	2.238	2.736
Derrama	3.784	2.048
Acerto de estimativa de imposto diferido	(125)	(135)
Tributação autónoma	20.277	20.813
Insuficiência de estimativa para imposto	6.036	(11.152)
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>82.941</u>	<u>40.249</u>
Diferenças permanentes:		
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	14.442	15.275
Benefícios fiscais	-	-
Outros	(3.784)	(2.246)
	<u>10.658</u>	<u>13.029</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Diferenças permanentes	<u>2.238</u>	<u>2.736</u>



Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em gastos no exercício de 2016, o montante de 77.030 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

## 29. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>Resultado</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	158.637	83.271
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	158.637	83.271
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	250.000	250.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	250.000	250.000

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2016 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

## 31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 31 de janeiro de 2017 contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 31 de janeiro de 2017

O Conselho de Administração:

Vitor Manuel Pinho Moreira Alves

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 858.364 euros e um total de capital próprio de 199.054 euros, incluindo um resultado líquido de 158.637 euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.


## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 15 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154  
Registado na CMVM com o nº 20160766

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

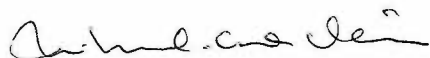
Procedemos à ação de fiscalização de Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 15 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154  
Registado na CMVM com o nº 20160766